



	Data: 20 / 05 / 2018	Nº pág. 12
--	-----------------------------	-------------------

Assunto: Considerações da Associação Académica da Universidade de Évora acerca do “Livro Verde sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior”

Ex.mo(s) Sr.(s),

A Associação Académica da Universidade de Évora (AAUE) vê com bons olhos a iniciativa do lançamento e da auscultação pública do Livro Verde sobre a Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior por achar que é fulcral ouvir a opinião de quem trabalha ativamente na promoção da Responsabilidade Social no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

Acreditamos que as atitudes socialmente responsáveis são um pilar para a democracia e para governança de um mundo bem melhor, e que, acima de tudo, não representam uma agenda política, mas sim uma necessidade imediata à nossa vida em sociedade. Neste sentido, é importante realçar o impacto que as IES têm e podem ter para aumentar os comportamentos de RS, caso estejam devidamente preparadas e qualificadas para tal.

As seguintes considerações são no fundo uma análise às propostas apresentadas, sobretudo à complementação das mesmas.

Capítulo 01- Campus Socialmente Responsável

- **Governação Democrática e Transparente**

As IES podem ter grande impacto na promoção de comportamentos de RS, mas para isso é necessário existir uma componente democrática e transparente. Assistimos muitas vezes à perpetuação de poder no seio das IES que, entre outros aspetos negativos, recusam a adoção de novas políticas públicas, neste caso no que concerne a comportamentos sociais responsáveis. Por isso, concordamos que se deva promover a participação democrática nas IES e na sociedade. O resultado, para ser obtido, poderia passar por reforçar a legislação em torno daquilo que as IES devem



Associação Académica da Universidade de Évora

comunicar e com que periodicidade, bem como a obrigatoriedade de implementação de um programa de comportamentos e atitudes socialmente responsáveis e a sua respetiva supervisão para acompanhar e obter o seu sucesso.

É necessário construir um *background* de sensibilização para a governação democrática e transparente. As medidas apresentadas, são coerentes e adequam-se às necessidades específicas. No entanto, a promoção desse tipo de atitudes, no ambiente do Ensino Superior, é já tarde. Deve-se adequar as medidas propostas a públicos e setores alvo mais jovens para que quando ingressam no Ensino Superior, ou não ingressam de todo, estejam já qualificados para práticas socialmente responsáveis.

- **Orientação ética nos processos de gestão e atividades da organização**

A dimensão ética da responsabilidade social está diretamente relacionada com as IES, pois estas são locais de formação de cidadãos. Assumimos também que a simples existência de uma conduta ética não é suficiente para assegurar a operacionalização da mesma. Tal como na componente anterior, acreditamos é necessário existir um sistema de monitorização e avaliação dos códigos éticos bem como um *background* legal para legitimar tudo. É ainda imprescindível a disseminação da informação relativa a estes códigos (o que são, porque são importantes, como aplicar, etc...). Neste ponto é também necessário percebermos que a disseminação da informação precisa de carecer de uma estratégia, quer na forma da informação, quer no modo como a disseminação é feita, bem como onde.

- **Direitos Humanos e Políticas de Inclusão Social**

Atualmente tem havido um *boost* nos movimentos de sensibilização sobre os direitos humanos e políticas sociais inclusivas. A crescente preocupação com este assunto demonstra uma certa evolução da escala de valores da população mundial, e nos últimos anos temos vindo a assistir a feitos conseguidos neste campo. No entanto, existem ainda situações onde o discurso xenófobo, o populismo e a demagogia promovem desigualdades sociais.

As IES precisam de assumir o seu papel preponderante neste campo e encetar



medidas concretas. Neste sentido, a educação desempenha o papel mais importante na prevenção de fenómenos de desrespeito pelos Direitos Humanos.

Estamos em sintonia quando se diz que não basta fornecer-se informação acerca dos direitos humanos. É preciso também desenvolver competências necessárias para os defender e aplicar na vida quotidiana. Um exemplo poderia ser a atribuição de uma percentagem de ECTS a componentes extracurriculares relacionados com a problemática, mas que fossem obrigatórias para a conclusão do ciclo de estudos.

- **Gestão socialmente responsável das pessoas e das relações**

A gestão organizacional tem impacto nas atitudes que dos seus integrantes resultam pois possuem um perfil de liderança, o que os torna nos sponsors de tudo o que está envolto das IES.

Não acreditamos, porém, que as IES privadas tenham uma maior liberdade na organização dos processos de recrutamento, avaliação de desempenho e progressão na carreira, ou pelo menos não consideramos “liberdade” como o termo correto. Sem dúvida que existem diferenças no que concerne aos 2 tipos de IES (públicas e privadas), mas ambas têm legislação a cumprir que lhes pode limitar essa tal liberdade. As IES privadas gozam de um financiamento e gestão diferente das IES públicas, o que as torna mais próximas do meio empresarial e com diferentes modelos de ação, ou seja, mais pragmáticas e direcionadas para o sucesso, não com mais liberdade.

- **Justiça, transparência e equidade nas políticas de acesso às IES**

Em relação a este ponto e às propostas que são apresentadas, acreditamos que já existe uma divulgação transparente e acessível acerca do acesso ao ensino superior, matrículas e inscrições. Não é perfeita, há espaço para reformas e as propostas deveriam ir mais nesse sentido, no sentido do melhoramento da eficiência e acessibilidade geral, de uma plataforma que já existe.

Apesar de as medidas serem bem pensadas, muitas delas já existem e são postas em prática todos os anos. Novamente, sobre este tema, é necessário



Associação Académica da Universidade de Évora

sobretudo desburocratizar e melhorar as plataformas já existentes.

- **Campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável**

As medidas apresentadas espelham as necessidades que existem e podem ser facilmente postas em prática. A adesão a estas políticas, e é aí em que o problema reside, está a cargo das IES que, muitas vezes não dão a devida importância a estas temáticas. O que sugerimos para tentar complementar as medidas apresentadas, seria a transferência dessas responsabilidades para Associações Académicas, de Estudantes e grupos informais, para que quando as IES estiverem “paralisadas”, estes interesses sejam atendidos por estes grupos, onde o trabalho seria de fora para dentro (dos grupos diretamente para as Universidades), de modo a criar uma pressão na instituição.

- **Comunicação e Marketing socialmente responsáveis**

Para finalizar este capítulo, é importante realçar a importância e a necessidade de existir, para além de as medidas propostas com as quais nós concordamos em grande parte, uma coerência entre as ações de sensibilização e aquilo que é o dia-a-dia das IES. O que pretendemos dizer é que as IES não podem apenas preocuparem-se com o marketing e com a promoção da consciência para esta temática. As IES têm impreterivelmente de ser o exemplo a seguir através dessa mesma coerência entre o que promovem e o que fazem.

Capítulo 02 – Formação pessoal e profissional dos estudantes e relação com alumni

A Academia é, por excelência, o espaço onde se formam não só os profissionais do futuro, mas também cidadãos possuidores de pensamento crítico, analítico e, sobretudo, capazes de compreender a sociedade e os seus fenómenos políticos, culturais e demais. Para tal, no segundo capítulo do Livro Verde é defendido que as Instituições do Ensino Superior devem proporcionar ferramentas aos estudantes que os permitam desenvolver a sua capacidade de análise das diferentes perspectivas societárias de forma a que se possam tornar cidadãos socialmente responsáveis e envolvidos nas questões sociais do seu meio envolvente.

Para este fim, no ponto 2.1 do Livro Verde é defendido a adoção de



Associação Académica da Universidade de Évora

metodologias e práticas pedagógicas que promovam o espírito crítico, bem como, a promoção do debate sobre esta matéria em Órgãos eleitos da Universidade tais como, Conselhos Pedagógicos e Associações de Estudantes; o incentivo aos docentes para a inclusão de dimensões de avaliação do pensamento crítico, reflexivo e autónomo dos Estudantes; Maior produção e partilha de materiais pedagógicos e iniciativas inovadoras que promovam o pensamento crítico. Acreditamos que neste ponto se devem incluir, para além destas medidas, a promoção de conferências e/ou debates em que os alunos possam discorrer sobre diferentes problemas sociais e encontrem diferentes perspetivas de oradores vários.

No ponto 2.2, é defendida a promoção de um enquadramento institucional promotor de sucesso escolar e uma maior proximidade entre as Instituições de Ensino Secundário e as Instituições de Ensino Superior, sendo que para tal consideram relevante a existência de sistemas de monitorização e atuação sobre os fenómenos de insucesso e abandono nas IES. Acreditamos que este ponto se encontra bastante completo e com medidas que poderão ser bastante eficazes para o alcance dos objetivos destacados e destacamos as seguintes medidas:

«2.2.1 h). Assegurar uma ação preventiva, por parte das IES, no combate ao abandono escolar.

- Construção de um sistema de alerta de situações de risco de abandono;
- Desenvolvimento de um protocolo de ação perante risco de abandono;
- Mobilização de um grupo de trabalho (*task force*) da IES com atribuição de prevenção do abandono escolar»

«2.2.2 c). Incluir as temáticas do insucesso e abandono escolar nos instrumentos de planeamento estratégico e noutros documentos orientadores de execução das IES.

- Inclusão das temáticas da prevenção, monitorização e combate ao insucesso e abandono escolar nos documentos estratégicos e relatórios das IES (...)

No ponto 2.3 é defendida a maior promoção da empregabilidade e da aprendizagem ao longo da vida, tendo em conta que, não sendo uma das prioridades da Academia, esta deve proporcionar alguns meios de encaminhamento profissional para os seus estudantes. Para tal destacamos a seguinte medida apresentada:

«2.3.1 b). Estimular as iniciativas de aproximação dos estudantes aos contextos



Associação Académica da Universidade de Évora

de prática profissional, valorizando a sua formação e mantendo uma relação estreita dos docentes aos contextos profissionais de futura inserção dos diplomados.

- Realização de convites a profissionais, nomeadamente alumni, para dinamização de iniciativas em contexto de sala de aula ou outras iniciativas promovidas pela IES;

- Desenvolvimento de programas de *mentoring* que promovam o contacto alumni-estudante;

- (...)

No ponto seguinte (2.4.2) destaca-se a necessidade da participação dos estudantes e da envolvimento da Academia em ações de voluntariado social e projetos de cariz social. Acreditamos que neste ponto esta articulação deve ser feita, sobretudo ao nível das Associações/Federações Académicas e Núcleos de curso que podem promover a elaboração de Corpos de Voluntariado Social abertos a todos os estudantes e a respetiva participação dos seus membros nas ações por si promovidas.

Quanto à mobilidade nacional e internacional, um elemento central do desenvolvimento quer da Academia como também dos seus Estudantes, destacamos as seguintes propostas do ponto 2.5:

«2.5.1 a) Desenvolver estratégias de comunicação de programas de mobilidade, fomentando a motivação para a participação dos estudantes.

- Comunicação das possibilidades de mobilidade nos Open Days;

- Promoção de uma comunicação clara e transparente do sistema de transferências e de créditos;

- (...)

No ponto 2.5.3, recomendamos a inclusão da seguinte proposta:

«Atribuição de bolsas a alunos provenientes de países em desenvolvimento (ex. PALOP) de forma a estimular a transferência intercultural e o intercâmbio dos estudantes.

- Bolsas sociais e/ou de mérito para alunos do primeiro ciclo (análogas ao programa + superior);

- Bolsas de investigação (2º e 3º ciclo) para projetos que visem o fomento das relações internacionais (culturais, comerciais, económicas, etc) entre os países de



origem e Portugal.

* Estas bolsas deveriam ter como Entidade responsável a Tutela e as IES.

O ponto 2.6 defende a maior proximidade entre os atuais alunos e os alumni potenciando, também, uma relação sustentada entre os mesmos de forma a antecipar o seu futuro papel enquanto alumni. Para tal destacamos a seguinte proposta:

«2.6.1 a). Desenvolver iniciativas dirigidas aos atuais estudantes, que clarifiquem expectativas relativamente à relação entre IES e alumni.

- Desenvolvimento de programa de comunicação, ao longo do percurso académico dos estudantes, sobre o papel dos alumni, seus benefícios e formas de envolvimento.

Capítulo 03 – Gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento

É identificado a necessidade de aproximar a comunidade científica à sociedade em geral, de forma a promover uma maior difusão do conhecimento. De certo modo, materializar o conceito de ciência enquanto bem público, processo no qual a OCDE entende como fundamental a participação de todas as entidades e figuras relacionadas com o meio de investigação científica. Neste sentido, é destacado o papel da investigação transdisciplinar enquanto conjugador de diferentes interesses e métodos em prol de uma finalidade, ou seja, quer-se realçar a importância da colaboração naquilo que devem ser agendas científica com preocupações em responder às agendas sociais do momento. Ora, é perspetivada para a investigação científica um valor de utilidade social, especialmente no que concerne ao desenvolvimento sustentável.

A ciência aberta está a ser reconhecida enquanto vetor estratégico no que deve ser o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e crítica. Às Instituições de Ensino Superior (IES) compete efetuar isto mesmo, através de medidas concretas de forma a encurtar distâncias abstratas e transformar o conhecimento científico em algo público e de fácil divulgação, na prática. Posto isto, urge o início de uma simbiose entre o ambiente académico-científico e o ambiente da sociedade civil, reclamando-se, para isso, exigências comportamentais, no sentido de uma maior colaboração entre



cientistas (em investigações transdisciplinares), de um maior apoio em projetos, e de um maior facilitismo para o acesso do público em geral ao conhecimento científico, em permanente atualização.

Em suma, o reforço da ciência aberta deve ser encarado como algo a ter em conta num plano de desenvolvimento sustentável, pela importância da divulgação e acessibilidade do conhecimento científico na perceção e resolução de problemas sociais atuais.

Capítulo 04 – Participação Social na comunidade

O capítulo 4º deste Livro Verde, vem abordar a questão da importância e pertinência das Instituições de Ensino Superior manterem um papel ativo nas comunidades onde se inserem, seja a nível local, nacional ou internacional, contribuindo, assim para o desenvolvimento dessas mesmas comunidades e de todos os aspetos que lhes estão ligadas.

- **Participação ativa na agenda local, nacional e internacional de desenvolvimento sustentável**

Segundo a UNESCO (agência das Nações Unidas com a Tutela do Ensino Superior) "o ensino superior é um fator central para o desenvolvimento cultural, económico e social, enquanto potenciador endógeno e promotor dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, democracia, paz e justiça"

De acordo com relatório realizado pela ONU publicado em 2014, a união de esforços entre entidades municipais e as IES é fundamental para fazer face àqueles que são os objetivos que os ODS pretendem alcançar. Neste mesmo ponto, são propostas três funções que as IES deverão adotar para melhor responder aos desafios:

1 - Expandir o capital humano com uma perspetiva de desenvolvimento sustentável: Inculcar nos alunos a ideia de "desenvolvimento sustentável" e a sua importância para o futuro e, ainda, promover o acesso às IES de grupos sociais que sejam "marginalizados" e, neste sentido, conseguir um maior alcance no que diz respeito ao cumprimento dos ODS. É referido ainda que as IES podem ajudar outros



Associação Académica da Universidade de Évora

subsistemas de ensino, no sentido em que são estas que formam os futuros educadores, professores, etc.

2 - Investigação: para melhor compreender aquilo que é o "desenvolvimento sustentável" e os métodos que melhor se adaptarão para alcançar os ODS. A investigação e ainda um ponto chave no sentido em que pode dar respostas de como a atividade das IES devem ser feitas em diferentes locais com diferentes níveis de desenvolvimento.

3 - Implementação da Agenda - aqui, o principal argumento que se coloca é que as IES não devem assumir um papel de observadores, devendo, então, tornar-se uma componente ativa nos ODS, criando as ferramentas e meios necessários para trabalharem neste sentido.

Relativamente às recomendações aqui apresentadas, reforçamos a ideia de que é de extrema importância a existência de mecanismos que interligam as IES e as autarquias locais e aparelhos de governação nacionais. Reforça, também, a ideia de que se criem espaços de debate entre os demais agentes (IES e atores sociais) ou que se utilizem ainda mais aqueles que existem. Nesses locais de diálogo, seriam discutidas propostas de desenvolvimento sustentável local e o modo como as IES em conjunto com outras entidades poderiam auxiliar esse desenvolvimento.

- **Prestação de serviços à comunidade que contribuam para a resolução de problemas sociais concretos**

Nesta vertente da atuação das IES é esperado que as mesmas assumam diálogo com as demais identidades locais de modo a que exista uma sinergia de conhecimento e que se promova o espírito crítico dos demais atores envolvidos e, assim, não deixar os objetivos caírem apenas de um dos lados.

O principal foco deste ponto prende-se com o facto as IES terem que construir um elo de ligação com as comunidades contribuindo com eventuais iniciativas que surjam e, assim, facilitando o contributo das IES para a resolução de problemas nas comunidades nas mais variadas áreas.



Associação Académica da Universidade de Évora

Afirma-se que a disponibilização de competências e recursos para atividades comunitárias e sociais é essencial e se essas mesmas atividades englobarem pessoas afetadas às IES maior impacto terá.

Exemplos de como esta simbiose pode ser feita é através da cedência de espaços das IES em prol da comunidade seja para atividades ligadas à educação, desporto, cultura, etc.

A cedência de espaços por parte das IES também pode ser uma mais valia para as mesmas na medida em que podem ser atividades economicamente viáveis (como o caso de permitir visitas guiadas às instalações: Ex: Universidade de Évora - Colégio do Espírito Santo) quer para aquilo que está previsto no Regime Jurídico da Avaliação de Qualidade do Ensino Superior que engloba atividades locais das mais variadas áreas. Por outro lado, as autarquias têm vindo a apoiar atividades promovidas pelas IES o que promove as boas relações entre comunidade e IES.

As recomendações aqui apresentadas reforçam a ideia de que as IES devem intervir ativamente nas comunidades locais onde se inserem, nomeadamente, como um mecanismo que se integra na comunidade em que se localiza e no sentido em que esta tem a capacidade de criar valor social e na qualidade de promotora do desenvolvimento da comunidade em questão. Deste modo, ficava a cargo das IES criar ferramentas que incluam a comunidade académica e comunidade local.

- **Promoção do trabalho colaborativo e criação de capital social na comunidade**

Neste ponto é dada especial incidência da importância da existência de uma colaboração entre IES e a os atores sociais que compõem as comunidades e o modo como essa sinergia pode ser uma peça chave para o desenvolvimento sustentável. São referidas estratégias de como essa sinergia deverá ser feita: coordenação, cooperação e colaboração. Estas estratégias seriam importantes quer para uma maior eficácia no desenvolvimento das comunidades, quer no aumento de confiança entre IES e atores sociais das comunidades. O trabalho colaborativo cria um capital social mais rico, variado e com mais valioso, que beneficia os indivíduos e a



Associação Académica da Universidade de Évora

sociedade/comunidade onde se inserem o que cria e potencia a interação entre os vários envolvidos o que é essencial para a resolução de problemas sociais nas comunidades locais.

Contudo, estas práticas que envolvem as IES e atores sociais está correlacionado com a proximidade geográfica. Logo, para melhor atingirmos e potenciarmos o desenvolvimento sustentável, sugerimos que esta ação seja feita onde o IES se localiza e nas áreas subjacentes.

Nas recomendações dadas em 4.3.1, surge o reforço da importância do trabalho colaborativo entre IES e os atores da comunidade onde esta se insere e o modo como isso é uma maior valia quer para o desenvolvimento das IES e das comunidades locais e o modo como o capital social daí gerado contribuirá para o cumprimento quer da Agenda 2030 quer dos ODS.

As recomendações feitas aos três pontos aqui referidos pouco ou nada trazem àquilo que já estava idealizado e incutido nas IES e nos órgãos que as compõem. Contudo, existe uma necessidade de reforçar e de empoderar as redes e órgãos consultivos já existentes e tornar o diálogo mais útil, atribuir mais autonomia às IES e à comunidade académica em geral e aumentar junto das autarquias a ideia de que as IES são realmente fundamentais para o desenvolvimento local, nacional e internacional, tal como é referido no ponto 4.1. As IES são fontes de conhecimento, de valor e de futuros decisores nos mais diferenciados níveis e é necessário que as autarquias valorizem isso mesmo.

Capítulo 05 – Fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento da RS em IES

Neste capítulo é apresentado um modelo de governação integrada, que tem em conta a responsabilidade social dos IES.

Nesse modelo existem vários campos que se intersectam, para garantir o cumprimento de uma gestão integrada com responsabilidade social. Por um lado, temos a cultura organizacional das instituições de ensino superior, cuja gestão depende também da tutela, ou seja, das políticas públicas, com origem no Estado.



Associação Académica da Universidade de Évora

Num terceiro ramo, temos a comunidade, que beneficia com o ensino superior, mas também o alimenta, com recursos humanos, informações e conhecimento, por isso com quem deve existir comunicação e trabalho colaborativo. Ou seja, este modelo pretende um trabalho em rede que funda estas três áreas: cultura organizacional, tutela e comunidade. Destes três eixos, surgem 4 fatores críticos, que se referem à liderança (vertical e horizontal). A participação (com diferentes organismos internacionais e nacionais, parcerias), comunicação (para que o resultado da governação chegue a todo o público) planejamento estratégico (para fazer face aos mercados competitivos e à inovação).

Ou seja, entre estes eixos existem trocas constantes de recursos, com o objetivo de aprimorar a governação integrada da responsabilidade social nas instituições de ensino superior.

Para finalizar, reforço que a Associação Académica da Universidade de Évora (AAUE) vê com bons olhos a iniciativa do Livro Verde, e esperamos as nossas observações de alguma forma consciencializem e contribuam para a construção de um Sistema de Ensino Superior mais consistente socialmente. Apelo ainda à inclusão da nossa Universidade e da nossa Associação nos demais estudos a nível nacional que possam surgir e que, certamente carecem de informação de todas as instituições.

Atentamente,

A Presidente da Direção da AAUE

